



Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA



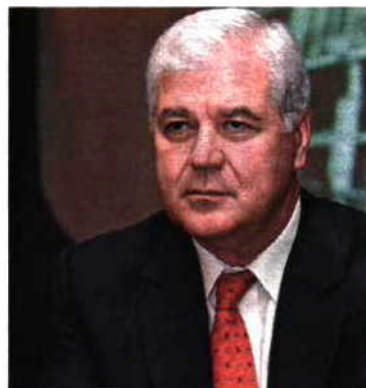
COMISSÃO DE INQUÉRITO PARLAMENTAR AO BPN

Joaquim Coimbra chamado a dar explicações na AR

■ Joaquim Coimbra, empresário e um dos principais accionistas da SLN, é ouvido amanhã na comissão de inquérito ao caso BPN.

Joaquim Coimbra, membro do Conselho Superior foi, aliás, um dos accionistas mais activos, entre o final de 2007 e início de 2008, na reorganização do modelo de governação do grupo, que acabou por ditar o afastamento de Oliveira e Costa de todos os cargos da instituição. No mesmo dia, é também ouvido José Albano Oliveira, dono da sociedade Marquês de Pombal, que detém a empresa ExpoDomus.

Para quarta-feira está marcada a audição de Ricardo Pinheiro, um dos nomes apontados na comissão como sendo um dos responsáveis pelo registo das operações relacionadas com o Banco Insular. Ricar-



Joaquim Coimbra é accionista

do Pinheiro saiu do País em meados de 2008 e está actualmente a trabalhar em Angola.

Na quinta-feira, é ouvido Daniel Sanches, ex-gestor da Pleiáde, levado para a SLN pela mão de Dias Loureiro. ■D.R.



Levantamento do sigilo no BPN a marcar passo

Dados. O parecer encomendado ao jurista Nuno Piçarra ainda não foi enviado ao Banco de Portugal, BPN e auditores externos. Maria de Belém diz que partidos vão ter de afinar questões sobre as quais querem esclarecimentos

■ EVA CABRAL

O parecer encomendado pela comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN ainda não foi enviado às entidades que até ao momento invocaram o segredo profissional bancário para não prestarem declarações, ou enviar documentos, designadamente Banco de Portugal, BPN – entretanto nacionalizado e com administração provisória – e auditores externos como a Deloitte, Ernst&Young, BDO Binder e PriceWaterHouseCoopers.

Maria de Belém Roseira, presidente da comissão, referiu ao DN que "é necessário que os partidos afinem as questões que efectivamente querem ver respondidas pelas várias entidades" adiantando que na próxima semana "os coordenadores das várias bancadas vão tomar posição sobre a matéria". Nuno Melo do CDS-PP e Honório Novo, do PCP, já assumiram a intenção de manter na totalidade a grelha de questões anteriormente divulgada.

O parecer de Nuno Piçarra defende que a comissão pode pedir directamente toda a documentação referente ao caso o BPN por considerar que não precisa de recorrer ao tribunal para levantar o sigilo bancário e profissional invocados.

O jurista, que é docente na Universidade Nova de Direito, tem um livro, editado em 2004, com o título "Inquérito Parlamentar e os seus Modelos" e, no parecer que entregou a 25 de Março na comissão conclui que a Assembleia da República tem competência por si só para decretar a quebra do sigilo bancário e profissional. Nos termos do parecer, os deputados não precisam de pedir o levantamento do sigilo ao Tribunal da Relação, hipótese que tinha sido anteriormente considerada pelos deputados da comissão, que consideram



Maria de Belém quer que partidos afinem grelha de questões

PCP e CDS-PP já fizeram saber que vão manter a lista de perguntas

a recusa das várias entidades como um bloqueio ao funcionamento dos trabalhos.

Depois de recebido o parecer, os deputados decidiram pelo seu envio às entidades que invocaram sigilo para que elas possam deli-

berar face ao mesmo qual a sua posição sobre o fornecimento de documentação. Só se persistir a falta de envio de documentação é que os deputados podem fazer seguir o processo para o Tribunal da Relação. Recorde-se, no entanto, que a comissão de inquérito vai funcionar até 16 de Maio, pelo que se pode chegar a uma situação em que o levantamento do sigilo não ocorra a tempo de produzir efeito útil em termos de conclusões da comissão de inquérito. ■



NUNO MELO

Desafio a Constância

O deputado do CDS-PP Nuno Melo desafiou ontem o Banco de Portugal a enviar à comissão parlamentar de inquérito ao BPN o relatório de supervisão de 2005, frisando que as acusações que fez são "sustentadas em documentos".

O Banco de Portugal refutou quarta-feira as acusações do deputado segundo as quais o supervisor sabia da existência do Banco Insular e faltou à verdade na comissão de inquérito. ■

BPN ■ MAIS DE 10% DOS MONTANTES À GUARDA DO BANCO ERAM DINHEIROS PÚBLICOS

375 milhões eram do Estado

■ Empresas e institutos públicos tinham aplicações na instituição financeira

● DIANA RAMOS

Com mais de 375 milhões de euros o Estado era, em 2004, o maior depositante no BPN, sendo que os 40 maiores depositantes da instituição tinham aplicado nesse ano quase mil milhões de euros no grupo liderado por Oliveira e Costa, o que representava um quarto do total de depósitos à guarda da instituição.

Fazendo as contas, em 2004, o BPN tinha à sua guarda 3,8 mil milhões de euros, dos quais 912 milhões correspondiam às aplicações dos principais depositantes. Os dados fazem parte do relatório de inspeção do Banco de Portugal, datado de 2005, mas cujo trabalho incide sobre a actividade do banco em 2004.

Através de empresas e institutos públicos, os depósitos do Estado representam perto de 10% do total à guarda da instituição financeira.

A CP e a TAP figuram na lista dos maiores depositantes do BPN, à época, a primeira com 23 milhões investidos e a segunda com 12,4 milhões de euros. O Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social tinha entregue ao banco um depósito no valor de 22,8 milhões e a Imprensa Nacional Casa da Moeda 14,1 milhões de euros. A estes somam-se o IAPMEI – o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas – com um depósito da ordem dos 14,5 milhões e a EDIA – Empresa de Desenvolvimento de Infra-Estruturas do Alqueva – com 12,9 milhões de euros.

Tal como o CM avançou ontem, da lista fazem ainda parte onze hospitais SA, uma figura de gestão privada criada durante o Governo de Durão Barroso, e que entregaram à gestão do BPN depósitos no valor total de 200 milhões de euros. ■



Luís Caprichoso, Oliveira e Costa e o filho, José

Onze hospitais SA eram grandes clientes do banco

Aprígio Santos tinha 12,1 milhões



Aprígio Santos

● O presidente da Naval, Aprígio Santos – um homem cujo nome já foi referido na comissão de inquérito parlamentar como responsável por créditos incobráveis de elevado valor – é um dos nomes na lista dos maiores depositantes do banco, referente ao ano de 2004. Segundo a lista do Banco de Portugal, Aprígio Santos tinha depositados 12,1 milhões de euros no BPN, em Portugal. Já as suas empresas tinham investidos 21,6 milhões de euros. ■

PRINCIPAIS DEPOSITANTES

● BPN E BPN CAYMAN

NOME	MILHÕES DE EUROS
Grupo Vítor Santos	101,3
José Domingos dos Santos	54,6
Artur Jorge Santos	36
Grupo Neves dos Santos	54,1
Fox Romeo lmt	35,5
Standard Universal lmt	9
Freeman Properties limited	4,5
Urbinegócios	5,4
BPN Conservador	50,6
IPO Francisco Gentil	43
BPN Imonegócios	38,1
ANAM – Aeroportos	34
NAV aérea da Madeira	34
Caixa Crédito	31,2
Agrícola Mútuo Leiria	31,2
Hospital St.ª Marta	31
SLN Valor SGPS	27
BPN Tesouraria	26,7
CP – Caminhos de Ferro	23
Portugueses E.P.	23
Instituto de Gestão Financeira da Seg. Social	22,8
Grupo Aprígio Santos	21,6
Aprígio Jesus Santos	12,1
Parques do Mondego	
Imobiliária SA	2
Pré-bloco Anestor	
Imobiliária Lda	7,5
Hospital de São Bernardo	20,5
NAV PORT EPE	20,5
Hospital Nossa Senhora do Rosário – Barreiro	20,5
Real Vida Seguros	20,3
Gestão de Activos	19,8
N/Residentes Total	19,8
Grupo Almiro Silva	11,6
Almiro Jesus Silva	11,6
Luís Filipe Mano Silva	7,6
Hospital Garcia de Orta	19,2
IPOFG – Oncologia Coimbra	19,1
Hospital São Teotónio	16,5
Centro Hospitalar Médio Tejo	14,5
IAPMEI	14,5
Imp. Nac. Casa da Moeda	14,1
Sociedade de Construções	13
H. Hagen	13
EDIA – Alqueva SA	12,9
Fundo Garantia Crédito	12,7
Agrícola Mútuo	12,7
Hospital Distrital Santarém	12,6
Hospital Infante D. Pedro	12,5
Livraria Arnado	12,4
TAP	12,3
Caixa Crédito	12,3
Agrícola Mútuo Chamusca	12,3
Aprígio Jesus Ferreira Santos	12,1
Prov. Port. Franc.	11,4
Miss. Nossa Senhora	10,9
BPN Gestão de Activos S.A.	10,9
Empresa Literária Fluminense	10,8
Santa Casa Misericórdia	10,6
Vila do Conde	10,6
Porto Editora	10,4
REN Rede Eléctrica Nacional	10
Hosp. S. Oliveira Guimarães	10

DIREITOS RESERVADOS



CASO BPN

CDS-PP desafia Banco de Portugal a explicar "graves contradições"

➔ Nuno Melo desafiou ontem o Banco de Portugal a enviar à comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN o relatório de supervisão de 2005.

"Tudo o que eu digo é sustentado em documentos, tudo o que o Banco de Portugal vem afirmando, só se tem justificado em declarações e muitas vezes contraditórias", afirmou o deputado do CDS-PP.

Em comunicado, o Banco de Portugal atribui as "conclusões precipitadas" de Nuno Melo a "ignorância ou má-fé" sobre o modo como decorrem os processos de supervisão.

Nuno Melo garante que existem "graves contradições" entre aquilo que em 2005 foi apurado e aquilo que um elemento da supervisão disse. A acta da reunião de 12 de Maio de 2008 do conselho superior da SLN dá conta de uma

reunião antes dessa data com o vice-governador do Banco de Portugal, Duarte Neves, em que este terá sugerido à Sociedade Lusa de Negócios (SLN) que vendesse o Banco Insular a terceiros.

O Banco de Portugal negou as acusações e afirmou que "nunca o vice-governador [do supervisor] produziu ou poderia ter produzido tal afirmação relativa ao Banco Insular".

"Essa referência na acta do conselho superior da SLN não faz qualquer sentido e traduz, no mínimo, um lapso ou um mal-entendido por parte dos seus autores", defendeu quarta-feira o Banco de Portugal.

Face a esta justificação, Nuno Melo frisou que nunca "alguma vez essa acta foi questionada, corrigida ou rectificada como seria suposto se os factos não correspondessem à verdade". ■



Joaquim Coimbra ouvido no Parlamento

A comissão de inquérito parlamentar que acompanha o caso do Banco Português de Negócios já agendou as próximas quatro audições a responsáveis com ligações à instituição, que decorrerão entre terça e quinta-feira da próxima semana.

De acordo com a comunicação feita no site do Parlamento, o primeiro a ser ouvido será José Albano Oliveira, proprietário da sociedade imobiliária Marquês de Pombal, que detém a ExpoDomus. O responsável tinha parcerias com a SLN e era cliente do BPN. Depois será a vez da audição a Joaquim Coimbra, administrador e accionista de referência do grupo SLN. Na quarta-feira decorrerá a audição de Ricardo Pinheiro, identificado como operacional do BPN. Na quinta será inquirido Daniel Sanchez, ex-administrador da PLEIA-DE. ■



A semana

A FIGURA



NUNO MELO

O jovem democrata-cristão vestiu a capa de justiceiro e acusou, com todas as letras, o governador do Banco de Portugal de ter mentido reiteradamente no caso BPN. Nuno Melo convocou uma conferência de imprensa quarta-feira e apontou o dedo directamente a Vítor Constâncio, apresentando documentos que provam que o supervisor sabia da existência do Banco Insular e chegou a sugerir a sua venda. Acusação que o Banco de Portugal ainda não conseguiu desmontar. Uma revelação que pode ajudar, e muito, a desvendar a verdade no caso BPN. No mesmo dia, nos corredores do Parlamento, já se dava como certo que Nuno Melo era o escolhido por Paulo Portas para encabeçar a lista do partido às europeias. O deputado cortou e cabelo e quinta-feira o seu nome foi oficialmente divulgado. Uma semana em cheio, para um jovem com muita ambição. **M.A.**



O MOMENTO SISMO EM ITÁLIA

Itália tremeu e o resto da Europa entrou em pânico. A semana foi calma, a primeira 'silly season' do ano, e ficou claramente marcada pelo sismo e as várias réplicas em L'Aquila. Em Portugal, os fantasmas de que algo semelhante pode acontecer voltaram a acordar. No resto do mundo, os media viraram os holofotes para o drama que tinha como cenário o país da bota. O personagem principal deste 'filme' é Berlusconi. O primeiro-ministro italiano, como é já habitual, não perdeu um momento para cometer uma 'gaffe' monumental, aconselhando os desalojados (muitos perderam familiares no terramoto) a encarar a situação como se de um fim-de-semana de campismo se tratasse. Uma declaração que só não cria mais moossa na sua imagem política, porque não existe alternativa de governo em Itália. Até ao dia. **M.A.**

NO HORIZONTE CAVACO SILVA

O Presidente da República prometeu mais acção, no início desta semana. Um sério alerta ao Governo que está agora avisado de que Cavaco não se vai ficar pelo diagnóstico e vai defender e apontar caminhos. Sócrates e Cavaco estão em pólos opostos nalgumas coisas, como tal espera-se um Verão quente. **M.A.**



BdP reafirma que não conhecia banco **insular**

O BANCO de Portugal (BdP) e Vítor Constâncio voltaram a estar 'debaixo de fogo' dos deputados da comissão que investiga as irregularidades no BPN e na SLN. Nuno Melo, do CDS, acusou esta quarta-feira o supervisor de «**faltar reiteradamente à verdade**» ao negar que conhecia o Banco Insular e as ligações deste ao BPN. O deputado apresentou documentos que, garantiu, provam que o BdP sabia da existência do Insular, de Cabo Verde, e que chegou mesmo a su-

gerir ao banco português a sua venda numa reunião, no início do ano.

Em comunicado, o BdP refutou as acusações, que considera «**sem fundamento**». A instituição de Vítor Constâncio afirmou que tinha suspeitas sobre o Insular em Maio e conhecia ligações deste ao BPN, mas que «**a confissão dessa propriedade**» aconteceu apenas em Junho. O BdP rejeitou, assim, que alguma vez tenha sugerido a venda do banco africano. **E.C.**

DEPUTADO NUNO MELO DEFENDE

BdP podia ter evitado nacionalização do BPN

O deputado do CDS Nuno Melo afirmou ontem que uma intervenção rápida do Banco de Portugal poderia ter evitado a nacionalização do BPN, afirmando que as autoridades conheciam desde 2005 “operações de uma gravidade extrema” no banco. A nacionalização do BPN foi “uma bomba atómica legislativa de que não há memória recente”, disse ontem o deputado centrista que integra a comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN, no Parlamento. Nuno Melo afirmou ainda que a comissão de inquérito “ficará em condições de demonstrar que, pelo menos desde 2005, o Banco de Portugal sabia (...) que, em 2002, 2003 e 2004, os resultados consolidados da SLN SGPS estavam sobrevalorizados em, pelo menos, 2,7 milhões de euros, 4,3 milhões de euros e 1,2 milhões de euros”, correspondentes a um total de 8,2 milhões de euros.





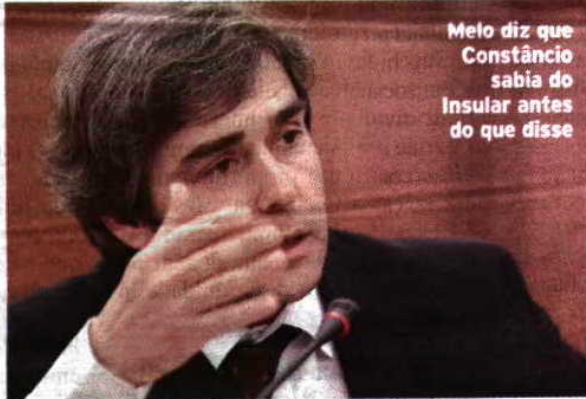
NUNO MELO AFIRMA QUE O BANCO DE PORTUGAL FALTOU À VERDADE NO CASO BPN

Constâncio acusado de mentir

O deputado do CDS-PP apresentou documentos que, alegadamente, provam que o BdP sabia da existência do Banco Insular antes do dia 2 de Junho. O banco central diz que é tudo um mal-entendido

Texto • João Cristóvão Baptista
joao.m.baptista@24horas.com.pt

O deputado do CDS-PP Nuno Melo acusou ontem o Banco de Portugal (BdP) de "faltar à verdade" no caso BPN, particularmente na matéria que diz respeito



Melo diz que Constâncio sabia do Insular antes do que disse

ao conhecimento que o supervisor tinha da existência do Banco Insular, de Cabo Verde.

Para sustentar a sua argumentação – que contraria a posição do BdP que defende apenas ter tomado conhecimento do Insular a 2 de Junho de 2008 – o deputado apresentou uma acta do Conselho Superior da SLN, data de 12 de Maio de 2008, em que é referido que o BPN foi aconselhado pelo supervisor a desfazer-se do Insular.

No documento, a que o

24horas teve acesso, é referido que, sobre o Banco Insular, Abdool Vakil (antigo administrador do BPN) terá realçado "o facto de o senhor vice-governador do BdP, professor Duarte Neves (...), ter considerado que a melhor solução era a venda dessa entidade em causa [Banco Insular] a terceiros".

Face a estes dados e uma vez que o próprio Pedro Duarte Neves reiterou a posição do BdP perante a comissão que investiga a nacionalização do BPN, Nuno Melo

Nacionalização podia ter sido evitada

Além da acta da reunião do Conselho Superior da SLN, Nuno Melo apresentou ainda um relatório do BdP, datado de 2005, em que o supervisor aponta várias falhas de "extrema gravidade" na gestão do banco.

Tendo em conta este relatório, o deputado defendeu que se tivesse havido, nesta altura, uma intervenção do BdP, a nacionalização do banco teria sido evitada.

Nuno Melo, referiu ainda que aguarda agora pela explicação de Vítor Constâncio ao caso, numa nova audição na comissão parlamentar.

acusou a instituição governada por Vítor Constâncio de "faltar reiteradamente à verdade porque sabia da existên-

cia do Banco Insular". "Cada vez mais se percebe que houve falhas do BdP ao longo dos anos no que diz respeito ao BPN", disse Melo ao 24horas, sublinhando as "contradições insanáveis entre o que tem sido dito no Parlamento por responsáveis do BdP e os documentos que têm sido apresentados".

O BdP refutou estas acusações e disse que "não têm qualquer fundamento". Em comunicado, a instituição liderada por Constâncio reiterou que tomou conhecimento da existência do Banco Insular no dia 2 de Junho através de uma carta enviada por Vakil a Constâncio.

Quanto aos dados constantes da acta do Conselho Superior da SLN acerca do conhecimento de Pedro Duarte Neves do Insular, o comunicado refere que "essa referência não faz qualquer sentido e traduz, no mínimo, um lapso ou um mal-entendido por parte dos seus autores". ■

CASO BPN

CDS acusa supervisão de mentir

■ O deputado do CDS-PP Nuno Melo voltou ontem a criticar a supervisão bancária e acusou o Banco de Portugal de faltar “reiteradamente à verdade” na comissão de inquérito parlamentar ao caso BPN.

Em causa está uma acta de 12 de Maio do Conselho Superior do Banco Português de Negócios de 12 de Maio de 2008 na qual se pode ler que o vice-governador do Banco de Portugal (BdP), Pedro Duarte Neves, considerou que “a melhor solução era a venda” do Banco Insular, de Cabo Verde, a “terceiros”.

O BdP já respondeu, refutando as acusações e assegurando, em comunicado, que “o vice-governador do Banco de Portugal nunca poderia ter produzido em data anterior a afirmação que lhe é atribuída na referida acta”. ■C.R.



LISTA DOS 60 MAIORES DEPOSITANTES

11 HOSPITAIS COLOCARAM 200 MILHÕES NO BPN

● DIANA RAMOS

Da lista dos 60 maiores depositantes do BPN, em 2004, constavam 11 hospitais SA, uma nova figura de gestão privada dos hospitais públicos, criada pelo Governo de Durão Barroso, e que entretanto foi transformada em Entidades Públicas Empresariais (EPE). No total, os hospitais colocaram no banco um valor na ordem dos 200 milhões de euros.

O BE revelou ontem, na Comissão de Inquérito ao BPN, que o IPO de Lisboa, o Hospital de Santa

Antigo administrador nega benesses na parceria

Marta, também em Lisboa, o Hospital de São Bernardo, em Setúbal, o Hospital N. Sr^a do Rosário, no Barreiro, o Hospital Garcia de Orta, em Almada, o IPO de Coimbra, o Hospital de S. Teotónio, em Viseu, o Centro Hospitalar do Médio Tejo, o Hospital Distrital de

Santarém, o Hospital Infante D. Pedro, em Aveiro, e o Hospital Senhora da Oliveira, em Guimarães, figuravam no rol de depositantes do BPN.

O ex-administrador do BPN, Nuno Luz Almeida, negou ontem que a parceria configurasse qualquer tipo de benesse. "São acordos que se fazem com determinado tipo de sectores ou agrupamento de empresas, mas nunca identifiquei isso como um favorecimento." ■



EDITORIAL

ANTÓNIO COSTA

Director

acosta@economicasgpps.com



Exigem-se consequências

A comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN está a produzir resultados que, diga-se em abono da verdade, poucos acreditavam ser possível apurar. Já muito se soube sobre a forma como a equipa de Oliveira e Costa levou o Banco Português de Negócios (BPN) a um buraco na ordem dos 1,8 mil milhões de euros, já muito se soube sobre a passividade de reguladores e supervisores em relação ao BPN durante anos, e isto, por si só, já justificou a existência desta comissão de inquérito "política" paralela às investigações judiciais.

Os resultados apurados por esta comissão, justiça se faça, deveu-se sobretudo ao empenhamento do CDS-PP, que acabou por "contagiar" os outros grupos parlamentares. Os populares entraram neste processo com uma agenda muito clara e que nem sequer tentaram esconder: os supervisores – especialmente o Banco de Portugal e Vítor Constâncio – tinham sido, no mínimo, negligentes na forma como conduziram as investigações ao BPN e foram, por isso, responsáveis pela nacionalização de um banco, o que já não se via em Portugal há mais de 30 anos.

Era importante perceber o papel, ou melhor, a ausência de papel do Banco de Portugal neste processo. Até para que não se repitam casos como este.

A intenção, é preciso dizê-lo, tem também explicações na história, já que Vítor Constâncio envolveu-se politicamente no apuramento do défice público deixado pelo então ministro das Finanças do CDS em 2005, Bagão Félix. Independentemente das razões, era importante, e continua a sê-lo, perceber o papel, ou melhor, a ausência de papel do Banco de Portugal neste processo. Até para que não se repitam casos como este.

No entanto, ontem, a gravidade da discussão passou para outro nível: o deputado do CDS, Nuno Melo, disse que Vítor Constâncio faltou reiteradamente à verdade no caso BPN. Já não estamos no plano político, passamos para um plano de credibilidade e moral de quem tem a responsabilidade de garantir a "qualidade" do sistema financeiro português. E a resposta a esta acusação feita em conferência de imprensa por um deputado da nação não pode ser, como fez o Banco de Portugal, um comunicado enviado às redacções.

Quando se discutem as comissões de inquérito, todos pedem resultados e consequências. Ora, neste caso concreto, a acusação, preto no branco, de que o Banco de Portugal mentiu aos deputados de forma deliberada tem mesmo de ter consequências. Porque o que fica em causa não é apenas o governador – aliás, hoje, já é difícil ficar em situação mais frágil –, mas a banca portuguesa. ■



COLUNA VERTEBRAL



JOÃO PAULO GUERRA

Ou seja

O SIRESP, que nasceu torto, nunca mais se endireita. Um certo número de autarquias não terá dinheiro para aderir à rede de comunicações de emergência e segurança, o que poderá comprometer o sucesso do sistema. Mas o verdadeiro sucesso do Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal é o anúncio de que estará completamente instalado este ano. A rede das comunicações de segurança avança, sobrepondo-se a todo o ruído que se faz ouvir nos últimos tempos em redor do BPN e dos respectivos negócios, negociações e negociantes. Ou seja: As comunicações podem ficar comprometidas por falta de dinheiro de autarquias mas o sistema é um sucesso.

- O Estatuto da Carreira Docente consagra a confidencialidade da avaliação de cada professor. Mas um parecer da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos considerou que a avaliação de um professor é de livre acesso e pode ser consultado por outros professores, por pais e até mesmo por alunos. Talvez afixados em pauta. Acontece que o Estatuto tem força de lei e o parecer não passa disso mesmo. Ou seja: Cada macaco no seu galho.

- O Parlamento vai discutir mais uma vez um pacote anti-corrupção, desta vez apresentado e agendado potestativamente pelo Bloco de Esquerda. A corrupção é de facto uma questão fracturante na sociedade portuguesa, tantas e tais são as panaceias, paninhos quentes e chazinhos em que o combate à criminalidade económica e à delinquência financeira tem vindo a ser desvirtuado e enredado. De João Cravinho às oposições, os pacotes anti-corrupção têm morrido às mãos da maioria. Ou seja: Alguém acredita na sinceridade do combate à corrupção por parte de quem se recusa a criminalizar o enriquecimento ilícito? ■



Documentos de 2005 fazem renascer polémica à volta do BPN

CDS ACUSOU BANCO DE PORTUGAL de mentir no parlamento, por alegadamente saber da ligação entre Banco Insular e BPN antes de Junho de 2008. Constâncio desmente e fala em "má-fé".

Sandra Almeida Simões
ssimoes@economicasgpps.com

"Essa referência na acta do conselho superior da SLN não faz qualquer sentido e traduz, no mínimo, um lapso ou um mal entendido por parte dos seus actores", esclarece o Banco de Portugal.

A real data de apuramento por parte do Banco de Portugal das "operações de gravidade extrema" ocorridas no Banco Português de Negócios (BPN) e que culminaram na sua nacionalização em Novembro de 2008 permanece uma incógnita. As contradições entre as datas reiteradas pela supervisão e alguns dos depoentes da comissão de inquérito ao caso BPN, bem como de documentos entretanto conhecidos, conferiram ontem novo fôlego à polémica em torno da instituição. E as atenções estão novamente centradas em "alegadas mentiras" e "omissões" do Banco de Portugal, por via de um verdadeiro ataque do CDS/PP.

A "novela" conheceu ontem um novo episódio, com a

afirmação categórica do deputado Nuno Melo: "A supervisão falhou reiteradamente, em diversos momentos, à verdade a este Parlamento". Por um lado, o deputado diz que o BdP sabia da existência do Banco Insular, antes do envio das cartas de 15 de Maio e 2 de Junho de 2008, ao contrário do afirmado pelo supervisor. Esta tese tem por base uma acta, datada de 12 de Maio de 2008, onde o presidente interino do BPN, Abdool Vakil, referiu ao conselho superior da SLN que o vice-governador do BdP, Duarte Neves, já tinha referido, numa reunião antes dessa data, que a melhor solução era a venda do Insular a terceiros. Tal indiciaria que o supervisor já sabia da existência do Insular e da sua relação com o BPN antes da denúncia de Abdool

Vakil, algo que o BdP nega. Constâncio desmente que o vice-governador alguma vez tenha recomendado a venda da instituição responsável pelos fortes prejuízos do BPN. "Essa referência na acta do conselho superior da SLN não faz qualquer sentido e traduz, no mínimo, um lapso ou um mal entendido". E acrescenta: "A confissão dessa propriedade [Insular] veio a acontecer, em resultado da pressão e insistência do BdP, apenas em 2 de Junho de 2008, através de carta do presidente do BPN dirigida ao BdP".

O CDS diz ainda que o regulador tinha conhecimento desde 2005 de "operações de uma gravidade extrema", resultado de um relatório de uma inspecção ao BPN.

Vítor Constâncio, que reagiu poucas horas depois, garante que as situações referidas

nesse relatório não indiciam nem têm nada a ver com as "situações fraudulentas posteriormente detectadas".

O deputado baseia as acusações num relatório, datado de 2005 e resultado de uma auditoria ao BPN, onde alegadamente se prova que o supervisor detectou "factos demasiado ostensivos e graves no conteúdo", que exigiam uma intervenção rápida e que poderiam ter evitado a nacionalização da instituição.

Dando a conhecer apenas partes do relatório, o deputado sustenta que, pelo menos, desde 2005, Constâncio tinha conheci-

mento que os resultados da SLN de 2002 a 2004 foram empolados num total de 8,2 milhões.

Num comunicado com seis pontos de análise, posteriormente actualizado com mais três, o BdP refere: o "relatório de inspecção ao BPN (2005) só reflecte, ao contrário do que se pretendeu demonstrar na conferência de imprensa, o acompanhamento atento que aquele banco merecia à autoridade de supervisão".

Constâncio recorda, mais uma vez, que a supervisão é um "processo contínuo e complexo". "Ao isolar-se um momento no tempo, sem um antes e um depois, só é possível tirar conclusões precipitadas, que revelam ignorância ou má-fé". ■



Nuno Melo,
Deputado
do CDS/PP



ID: 24577176

09-04-2009

Gestão de Oliveira Costa posta em causa por ex-quadro

BPN. Antigo administrador do banco reconheceu a existência de riscos de solvabilidade, por causa do excesso de custos ou a falta de centralização das compras, que impossibilitou preços competitivos. Balcões também estariam mal distribuídos

■ EVA CABRAL

O ex-administrador do BPN Nuno Luz de Almeida reconheceu ontem, na Assembleia da República, que a instituição de onde saiu em 2004 "tinha sérios problemas de solvabilidade".

Falando na comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN, o ex-administrador foi, assim, o primeiro a pôr em causa a gestão de José Oliveira Costa à frente do banco. Segundo frisou, os problemas de solvabilidade do BPN poderiam em seu entender ser criados pelo facto de existirem

questões a nível de excesso de custos, exemplificando que não existia a possibilidade de se centralizar as compras o que impedia a obtenção de preços mais competitivos. Também a nível de rede de balcões referia que estes por vezes eram colocados em locais onde não tinham o devido retorno apesar de serem um custo anual grande.

Nuno Luz de Almeida frisou por diversas vezes que, a partir de 2003, teve uma "certa descrença no rumo estratégico" que o BPN estava a tomar. Questionado pelos

deputados se essa sua descrença e os riscos de solvabilidade do BPN não o deveriam ter levado a alertar o Banco de Portugal (BP) para a situação, o ex-administrador considerou que essa comunicação só teria razão de ser se existisse uma situação de dolo, o que em seu entender "não ocorria".

Por outro lado, frisou que Oliveira Costa lhe tinha garantido

que "se tratavam de problemas criados pelo facto do BPN estar numa fase de lançamento" pelo que quando se entrasse numa velocidade de cruzeiro este retomaria uma situação de maior conforto designadamente "pela venda de alguns activos que possibilitariam que se conseguisse voltar aos rácios de solvabilidade adequados".

O ex-quadro do BPN referiu que o vice-governador do BP, António Marta, que em 2003 convocou todo o conselho de administração, mostrou "um cartão amarelo a evoluir para o arroxado" e levou a que se tomassem várias medidas correctivas na instituição. Nessa altura, o rácio de solvabilidade foi aumentado dos oito para os nove por cento.



Nuno Luz de Almeida esteve ontem na comissão presidida por Maria de Belém

Nuno Luz de Almeida garantiu ainda aos deputados que não existia no AS 400 (a máquina onde informaticamente os bancos processam as operações) nenhuma aplicação informática do Banco Insular. Frisou mesmo que du-

Actas da SLN contestadas

O Banco de Portugal contestou ontem, em comunicado, alguns dos elementos referidos em acta do Conselho Superior da SLN, de 12 de Maio de 2008, e ontem citadas por Nuno Melo, do CDS/PP. Segundo essas actas, o vice-governador teria considerado, em reuniões com responsáveis do grupo, "que a melhor solução era a venda dessa entidade (Banco Insular) a terceiros". Segundo o comunicado "nunca o vice-governador produziu ou poderia ter produzido tal afirmação relativa ao Banco Insular" adiantando que "essa referência na acta do Conselho Superior da SLN não faz qualquer sentido e traduz, no mínimo, um lapso ou um mal-entendido por parte dos seus autores". Estas actas da SLN foram produzidas na administração de Abdool Vakil considerado pelo BP como "colaborante" com a supervisão.

rante o tempo que esteve como administrador, e era responsável pela área informática, existia a convicção de que o Insular seria um mero banco correspondente, adiantando que só recentemente é que se percebeu que existia "um grupo restrito de pessoas que conhecia o banco de Cabo Verde" e lhe dava a utilização que entretanto veio a lume. Para além disso, considerou que contrariamente ao que foi dito por várias pessoas já ouvidas na comissão de inquérito as operações para o Insular "deviam ser feitas através do BPN Cayman" e não de forma directa.

João Semedo do BE questionou ainda o ex-administrador das razões que terão levado uma série significativa de hospitalares SA a passarem a ter conta no BPN. Uma pergunta com escassa resposta uma vez que Nuno Luz Almeida adiantou apenas ter a noção de

que a dada altura "foi negociado um protocolo" tendo em vista a captação dessas contas bancárias.

Já ontem de manhã o deputado do CDS Nuno Melo afirmou, em conferência de imprensa, que uma intervenção rápida do BP poderia ter evitado a nacionalização do BPN, afirmando que as autoridades conheciam desde 2005 "operações de uma gravidade extrema" no banco.

Nuno Melo exigiu mesmo que haja do governador do BP, Vítor Constâncio, uma "confissão" de que "faltou à verdade" quando disse que o supervisor só soube alguns factos relacionados com o BPN em Junho de 2008, quando afinal tinha informação sobre o assunto antes da data. Em causa está a alegada utilização pelo BPN do Insular para ocultar prejuízos. Em Novembro de 2008, numa audição na AR, Constâncio afirmou que só em 2 de Junho desse ano o BP tomou conhecimento, por uma carta do BPN, de que afinal o Insular lhe pertencia (ver texto em caixa). Tese desmentida por uma acta do conselho superior. ■



BANCA

CDS-PP aperta cerco ao Banco de Portugal que refuta acusações

Jorge Paula /Correio da Manhã



Frente-a-frente | Nuno Melo, do CDS-PP, e o líder do Banco de Portugal voltarão a confrontar-se numa próxima audição da comissão de inquérito.

Miguel Baltazar



Nuno Melo voltou ontem a acusar o BdP de ter falhado no BPN. Vítor Constâncio insiste que problemas de 2005 tiveram consequências

MARIA JOÃO GAGO
mijago@negocios.pt

A pouco mais de um mês do prazo previsto para a conclusão dos trabalhos da comissão parlamentar de inquérito à nacionalização do Banco Português de Negócios (BPN), o CDS-PP promoveu ontem uma conferência de imprensa para acusar o Banco de Portugal (BdP) de, em 2005, ter tido "conhecimento profundo de factos que exigiriam a actuação" da entidade de supervisão muito antes da nacionalização. Num esclarecimento enviado à imprensa, o BdP contrapõe que as irregularidades detectadas na inspecção de 2005 não configuravam nem indiciavam "situações fraudulentas posteriormente detectadas".

As acusações do deputado centrista Nuno Melo foram proferidas com base no relatório elaborado pelo BdP na sequência de uma acção inspectiva realizada em 2005, e

que detectou vários problemas (ver caixa). Um documento a que o CDS teve acesso e que se encontra na lista de informação que o supervisor se recusa a enviar à comissão.

Para o partido, a gravidade das conclusões "justifica que o BdP não divulgue os relatórios da inspecção ao BPN". E mostra que o problema do banco "não foi só a [actuação da] gestão mas também a supervisão". A entidade liderada por Vítor Constâncio considera que o relatório "só reflecte (...) o acompanhamento atento que aquele banco merecia à autoridade de supervisão" e garante que "teve naturalmente sequência em determinações específicas ao banco, em termos de aumento de capital, reforço de provisões e correcção de procedimentos internos".

Acusação pressiona Abdoool Vakil
Esclarecida ficou a primeira acusação que o CDS-PP fez ao BdP. Nuno Melo revelou aos jornalistas que,

numa acta da reunião do conselho superior da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), de 12 de Maio de 2008, se refere que o então líder do grupo, Abdoool Vakil, disse aos accionistas que o vice-governador sugerira a venda do banco cabo-verdiano Insular, como forma de resolver este problema.

O gestor relatou que Pedro Duarte Neves, "numa reunião havida recentemente, [havia] considerado que a melhor solução era a venda dessa entidade em causa a terceiros", lê-se na acta a que o **Negócios** teve acesso. O BdP nega que o vice-governador tenha alguma vez feito tal sugestão, pelo que, aquela referência deve resultar de "um lapso ou um mal-entendido por parte dos seus autores".

Partindo do princípio que a acta, entregue à comissão por Rui Machete, líder demissionário da assembleia geral da SLN, é fiel ao que foi dito na reunião, fica a ideia de que

Banco de Portugal nega que o seu vice-governador alguma vez tenha sugerido ao BPN que vendesse o Banco Insular.

Vakil terá mentido aos membros do conselho superior.

Recorde-se que o CDS admite voltar a chamar Vakil ao Parlamento, com o argumento de que o gestor mentiu quando disse só ter sabido que o Insular era do grupo no final de Maio. Segundo outros depoentes, Vakil sabia dos problemas do banco cabo-verdiano desde Março.

AUDITORIA 2005

CDS FALA EM FACTOS GRAVES, SUPERVISOR DIZ QUE AINDA NÃO HAVIA SINAL DE FRAUDE

CRÉDITO CONCEDIDO SEM ANÁLISE DE RISCO E MUITO CONCENTRADO

Na auditoria realizada em 2005, o Banco de Portugal concluiu que "grande parte das operações de crédito continua a ser efectuada à margem da análise de risco do cliente e, por vezes, em desacordo com os pareceres da direcção de risco e são decididas fundamentalmente com base no estatuto de accionista dos clientes", segundo transcreve o comunicado do CDS-PP. Além disso, o supervisor concluiu haver "um risco considerável devido à elevada concentração" do crédito em poucos clientes. Cerca de 19% dos financiamentos está "centrado em 18 clientes, cujos riscos são superiores aos fundos próprios reportados pelo banco em 2,4 vezes".

NEM TODAS AS OPERAÇÕES ERAM CONSOLIDADAS

A inspecção do BPN/SLN detectou também "falhas, nomeadamente relacionadas com a não actualização do respectivo perímetro [de consolidação do grupo] e a não inclusão de entidades não residentes, inclusive as que detêm responsabilidades na filial BPN Cayman, as quais não são agregadas ao grupo para efeitos de controlo e reporte dos grandes riscos".

OPERAÇÕES INTRA-GRUPO INFLACIONAM RESULTADOS

Outro dos problemas identificados foi a realização de um "elevado número de operações intra-grupo", nunca reportadas ao Banco de Portugal. Além disso, "muitas das mais-valias apuradas nessas operações não são anuladas no processo de consolidação, uma falha que se traduz na sobrevalorização dos resultados do grupo". Devido a esta prática, entre 2002 e 2004, os lucros da SLN estavam inflacionados em 8,2 milhões de euros.

VEÍCULOS DE CLIENTES FAZIAM OPERAÇÕES COM O GRUPO

Auditoria detectou ainda que havia "veículos entre o grupo SLN e os clientes" em que estava concentrado 19% do crédito. Havia "um elevado número de transacções entre essas entidades e a SLN que apenas são compreensíveis se consideradas como uma única entidade".

BPN Acusações entre centristas e Banco central voltaram ontem a acentuar-se

Vítor Constâncio vai regressar ao Parlamento para responder aos deputados da comissão de inquérito



CDS acusa Banco de Portugal de ter faltado à verdade nas declarações sobre o Insular

Centristas dizem que supervisor já sabia de irregularidades graves no BPN desde 2005. Vítor Constâncio responde que as situações então detectadas não eram fraudulentas

Ana Brito

● A animosidade voltou ontem a estalar entre o CDS e o Banco de Portugal. Depois de, em Novembro, Paulo Portas ter acusado Vítor Constâncio de conduzir uma supervisão “sonolenta”, ontem, foi a vez de Nuno Melo acusar os responsáveis da instituição de “faltar reiteradamente à verdade” sobre as declarações prestadas no Parlamento sobre o Banco Português de Negócios (BPN) e o Banco Insular.

As afirmações do deputado centrista têm por base a acta de uma reunião do conselho consultivo da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), de 12 de Maio de 2008, e o relatório de uma auditoria realizada pelo próprio Banco de Portugal (BdP) ao BPN em 2005, que ilustram as “contradições insanáveis” do supervisor neste processo,

frisou Nuno Melo. São documentos que demonstram que o BdP tinha conhecimento de factos de “gravidade extrema” e “não usou de todos os poderes que detinha” e que justificam que o supervisor “tente agora impedir a avaliação da acção da supervisão”, negando aos deputados o envio dos documentos que lhe são pedidos sob a capa do sigilo bancário, acusou.

Com a sua divulgação, o BdP tem agora “oportunidade de se corrigir” perante o Parlamento, disse Nuno Melo. Segundo o deputado centrista, a acta entregue à comissão parlamentar de inquérito pelo antigo presidente do conselho consultivo Rui Machete comprova que o conhecimento do supervisor sobre o Insular (responsável por um “buraco” de 500 milhões de euros) era anterior às confissões escritas de Abdool Vakili de 15 de Maio e 2

de Junho. É que nesse documento vem referido que Vakili mencionou o facto de o “senhor vice-governador do Banco de Portugal [Pedro Duarte Neves], numa reunião havida recentemente, ter considerado que a melhor solução era a venda dessa entidade [Insular] a terceiros”.

Uma sugestão que, no entender de Nuno Melo, seria uma demonstração de que o supervisor se demitiu de esclarecer tudo o que havia por esclarecer sobre o Insular, optando simplesmente pela venda do banco.

O BdP reagiu ao final da tarde a estas declarações e garantiu que “nunca o vice-governador produziu ou poderia ter produzido tal afirmação”. Acrescentou ainda que “essa referência na acta do conselho superior da SLN não faz qualquer sentido e traduz, no mínimo, um lapso ou um mal-entendido



Banco de Portugal: acta da SLN só pode resultar de um mal-entendido. Auditoria mostra que a entidade de supervisão actuava

por parte dos seus autores”. E notou que as confissões sobre a relação entre o Insular e o BPN só ficaram esclarecidas com as duas cartas de Vakili, mas que a investigação do BdP era naturalmente anterior a 15 de Maio.

Sobre a auditoria o BdP sublinhou que “as situações referidas nesse relatório não indiciam nem têm nada a ver com as situações fraudulentas posteriormente detectadas” e que este só demonstra “o acompanhamento atento que aquele banco merecia à autoridade de supervisão”.

Entre as conclusões da auditoria mencionadas pelo CDS estavam créditos atribuídos à margem da análise de risco, sobrevalorização dos resultados do grupo, transacções suspeitas entre o banco e a SLN, as ligações ao libanês Al-Assir e a existência de *off-shores* escondidos.